

LEI Nº 1763/1999



**CONCEDE REDUÇÃO DE
100% NO VALOR DO IPTU,
ITBI E ISS INCIDENTES SOBRE OS
IMÓVEIS INCLUÍDOS NO
PROGRAMA DE ARRENDAMENTO
MERCANTIL - PAR, (PROJETO
GERIDO PELA CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL CEF) PARA
ATENDIMENTO EXCLUSIVO À
POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.**

A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu Sanciono e Promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º As alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBIM) e do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) incidentes sobre os Imóveis situados no município de Niterói terão redução de 100% (cem por cento) desde que incluídos no PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - P.A.R., para atendimento exclusivo à população de baixa renda, comprovadamente moradora ou empregada em Niterói há mais de 36 (trinta e seis) meses, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra, tendo como Órgão Gestor a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, observado o disposto na Medida Provisória nº 1.823, de 29 de abril de 1999, e legislação complementar.

Parágrafo Único - Não serão objeto de redução prevista neste artigo as taxas incidentes ou que venham a ser criadas sobre os imóveis ou operações alcançadas pelo P.A.R.

Art. 2º O disposto no artigo anterior aplica-se a cada projeto a ser desenvolvido, mediante proposta conjunta as Secretarias Municipais de Urbanismo e da Fazenda ao Chefe do Poder Executivo, devidamente justificada e instruída, sendo que o prazo de duração do benefício fiscal será até o término da construção do empreendimento, acrescido do prazo correspondente ao contrato do arrendamento firmado de acordo com as normas do PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - P.A.R., não sendo admitida prorrogação do prazo para efeito de fruição do benefício fiscal.

Art. 3º O Município, a seu exclusivo critério, considerando suas disponibilidades orçamentárias, o interesse público e a necessidade de reassentamento da população que reside em áreas de risco e/ou de preservação ambiental, poderá realizar investimento em infra-estrutura urbana que seja indispensável à viabilidade econômico-financeira dos projetos vinculados ao Programa de Arrendamento Residencial - P.A.R., bem como alínea, com autorização legislativa, terrenos de sua propriedade, para utilização exclusiva no Programa,

obedecidos os procedimentos previstos na legislação em vigor, em especial na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 4º ~~Para atender exclusivamente aos projetos de edificações ambientais, enquadrados no Programa de Arrendamento Residencial - P.A.R., o Chefe do Poder Executivo poderá autorizar aprovação de projetos unifamiliares ou multifamiliares até 04 (quatro) pavimentos tipo, estabelecendo parâmetros mínimos, inclusive para o parcelamento das áreas objeto do Programa.~~

~~Parágrafo Único - A expedição da licença para os projetos aprovados nas condições desta Lei fica condicionada à aprovação e contratação da operação de aquisição pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, como Órgão Gestor do PAR.~~

Art. 4º Para atender exclusivamente aos projetos de edificações habitacionais populares, enquadrados no Programa de Arrendamento Residencial - P. A. R., o Chefe do Poder Executivo poderá autorizar aprovação de projetos unifamiliares ou multifamiliares até 05 (cinco) pavimentos tipo, estabelecendo parâmetros especiais, inclusive para o parcelamento das áreas objeto do Programa.

§ 1º As disposições dos artigos 3º e 4º aplicam-se aos projetos de construção de habitações populares, unifamiliares ou multifamiliares cujas unidades habitacionais possuam área útil de construção até 65 (sessenta e cinco) m², permitido acréscimo de 01 (um) pavimento tipo ao limite fixado no caput deste artigo, sendo 1 pavimento semienterrado ou de subsolo, 6 (seis) pavimentos tipo e 1 pavimento de cobertura com 50%(cinquenta por cento) de área coberta, a título de incentivo à produção dessas edificações sociais, desde que enquadrados nas normas de empréstimos ou financiamentos à habitação popular disponibilizados pelo Governo Federal e pelo Sistema Financeiro da Habitação, independentemente do gabarito fixado para a fração urbana do local, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 8209/2000 e suas alterações.

§ 2º Para os projetos de construção de habitações populares com área útil máxima de 45 (quarenta e cinco) m², destinados às famílias de menor renda, unifamiliares ou multifamiliares, será permitido acréscimo de 01 (um) pavimento tipo ao limite fixado no parágrafo anterior, sendo 1 pavimento semienterrado ou de subsolo, 7 (sete) pavimentos tipo e 1 (um) pavimento de cobertura com 50% (cinquenta por cento) de área coberta.

§ 3º A expedição da licença e do aceite de obras para os projetos do Programa de Arrendamento Residencial - P.A.R. aprovados nas condições desta Lei fica condicionada à manifestação prévia da operação de aquisição pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, como Órgão Gestor do P.A.R. (Redação dada pela Lei nº 2511/2007)

Art. 5º O Poder Executivo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua publicação, regulamentará a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 27 DE OUTUBRO DE 1999.

JORGE ROBERTO SILVEIRA
PREFEITO